

Imaginário Social, Literatura e suas Representações na Gestão Brasileira¹

João Gualberto Vasconcellos

Resumo

Para entendermos o processo social-histórico que gerou a administração tal como a praticamos no Brasil, é fundamental recorrermos a um universo conceitual que nos permita aprofundar questões e visitar o passado de forma densa. O conceito de Imaginário Social (CASTORIADIS, 1982) aplicado à construção da sociedade brasileira permite-nos perceber toda uma rede de Significações Imaginárias Sociais, as quais dão vida e coesão às nossas práticas sociais. Afinal, é a partir deste conceito que podemos compreender a formação dos atores sociais que dão significado ao trabalho e a sua gestão entre nós. Dentre estes atores, certamente, o chamado Coronel funcionou como uma espécie de Mestre da Significação (VASCONCELLOS, 1995). Organizou as várias instituições imaginárias que compõem o poder no Brasil e a todos submeteu com o seu jugo. Tão forte são suas raízes que sua herança ainda é muito clara no mundo das organizações brasileiras. Afinal ele as instituiu. Para compreender este universo, recorreremos à literatura, mais especificamente ao romance regional brasileiro, através de quatro grandes autores: Jorge Amado, Érico Veríssimo, Wilson Lins e José Lins do Rego. Seus romances permitem-nos compreender nosso processo social-histórico na produção social dos indivíduos, dentro de nosso Imaginário. A utilização da literatura como elemento esclarecedor do imaginário social brasileiro apoia-se nos estudos de autores como Bárbara Czarniawska (1994), os quais apontam na direção dos trabalhos qualitativos ancorados na literatura como instrumento analítico poderoso.

Palavras-chave

Imaginário Social. Literatura. Representações. Gestão Brasileira. Castoriadis.

Abstract

In order to understand the social-historical process that conceived the sort of administration we practice in Brazil, it is necessary to resort to a conceptual universe that allows us to go deeper into questions and to visit the past in

a dense manner. The Social Imaginary concept (CASTORIADIS, 1982) applied to the construction of the Brazilian society allows us to realize a series of Social Imaginary Signification, which gives birth, and cohesion, to our social practices. After all, it is based on this concept that we understand the social actors' formation that gives meaning to the work and management among us. Undoubtedly, among such actors the one called "*Coronel*" worked as a kind of Master of Signification (VASCONCELLOS, 1995). He organized the several imaginary institutions that compose power in Brazil and dominated everything with his oppression. His roots are so strong that his heritage is still very clear in the world of Brazilian organizations. After all, he established them. In order to understand this universe, we make use of literature, most specifically Brazilian regional novel, through four important authors: Jorge Amado, Érico Veríssimo, Wilson Lins and José Lins do Rego. Their novels allow us to understand our social-historical process concerning the social production of individuals within our Imaginary. The use of literature as a clarifying element of Brazilian social imaginary rely on studies of authors like Bárbara Czarniawska (1994), which point to the direction of qualitative works supported in literature as a powerful analytic tool.

Keywords Social Imaginary. Fiction. Representations. Brazilian Management. Castoriadis.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é mostrar a trajetória de pesquisa desenvolvida em parceria com o Professor Eduardo Davel na Universidade Federal da Bahia. Trata-se, na fase atual, de trabalho realizado com o apoio financeiro do CNPq, na modalidade de bolsa de estudos pós-doutorais. A pesquisa inscreve-se em um longo esforço que vem se materializando desde a construção da tese de doutorado defendida em 1992 na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales sob a direção do filósofo Cornelius Castoriadis.

A tese foi traduzida para o português com o nome de *A Invenção do Coronel: Raízes do Imaginário Social Brasileiro* e publicada em 1995 pela editora da Universidade Federal do Espírito Santo. Desde então, dedicamo-nos sistematicamente ao tema do coronelismo e seus desdobramentos na construção de uma lógica de poder no Brasil. Trabalhamos com as heranças do coronel, o qual é tido como a instituição imaginária central da política e na gestão dos negócios como são vividos até hoje no Brasil.

Vários trabalhos derivados da pesquisa foram publicados ou apresentados em diversos fóruns acadêmicos, com foco no campo da gestão. É na área das ciências sociais aplicadas, conhecida como administração que tentamos intervir com as ideias que nasceram ainda na década de 1980, apoiando-se na teoria do Imaginário Social de Castoriadis.

Assim, as ideias alinhavadas no presente texto são, na verdade, a face atual de uma longa trajetória de produção intelectual. A escolha da literatura como campo de trabalho é soma de observações também longas, iniciadas desde a tese, com a análise da obra de Jorge Amado intitulada *Gabriela, Cravo e Canela*. A análise de personagens importantes da literatura brasileira é feita mais como ponto de chegada do que como ponto de partida desta caminhada.

O IMAGINÁRIO SOCIAL COMO REFERÊNCIA CONCEITUAL

Para que serve um referencial teórico? Esta pergunta está respondida no texto, valendo-se da formulação intelectual do filósofo político grego Cornelius Castoriadis (1922-1997), em especial aquela que trata do Imaginário Social. A principal razão da escolha do modelo conceitual castoriadiano é que a Administração como tal, no Brasil, é vista de forma geralmente esquemática e mecanicista. Seria o que, na concepção de Castoriadis, poderíamos chamar de um marco conjuntista identitário, ou seja, em que as identidades dos conjuntos são fatores explicativos genéricos, os quais pouco levam em conta as realidades sócio-históricas de cada sociedade particular. Em nosso caso específico, tenta-se intervir ou compreender nossa realidade com instrumentos conceituais inadequados.

Não é por outra razão que as teorias vindas dos países centrais do capitalismo moderno tendem a ser aplicadas ao pé da letra nas organizações públicas e privadas no Brasil. Elaboram-se explicações e criam-se expectativas em cima de realidades que não existem, que são meras projeções dos desejos de alguns formuladores.

Uma consequência imediata deste equívoco teórico é esperar que, na realidade brasileira, possam produzir bons resultados um conjunto de normas aplicadas com sucesso em um país como os Estados Unidos, por exemplo. Como esperar o cumprimento de determinada disciplina trazida de outra realidade se não existem americanos para honrá-las? Como esperar que os trabalhadores possam se comportar de maneira similar aos de um outro país se os processos de suas produções sociais como indivíduos são bastante diversos? Não se trata de produtividade ou de estabelecer melhores ou piores, mas de compreender fatos explicativos para casos particulares.

Assim, é preciso entender o que se passa na sociedade brasileira, antes de tudo. É fundamental entender quem somos, qual é nossa trajetória. É fundamental reportar-se sempre ao nosso processo histórico. Dito em outras palavras, é preciso levar em conta o elemento social-histórico presente em nossa sociedade e que impacta de forma direta o campo da gestão. Afinal, não estamos tratando de indivíduos sem história. Estamos, pelo contrário, lidando com indivíduos produzidos socialmente, resultantes que são de toda incorporação complexa de valores.

Desde a primeira palavra que cada um de nós fala, está presente o mundo onde estamos, suas significações sociais. Um universo imaginário informado cada vez a cada indivíduo social. Na concepção com a qual trabalharemos, cada indivíduo é um fragmento ambulante de sua sociedade. Ou seja, cada brasileiro porta em si o Brasil. Ele é o Brasil quando atua

socialmente em cada caso específico. Porém, não um Brasil qualquer, um Brasil datado, situado no tempo social-histórico. Portanto, não existe a possibilidade de termos um olhar bem-sucedido sobre o universo da administração entre nós se não entendermos quem somos e por que somos como somos.

Pensando que é o Magma de Significações imaginárias de uma sociedade² que efetivamente produz a própria sociedade e, portanto, as pessoas que vivem naquele espaço, é importante elucidar um mundo para elucidar as práticas que ele comporta, que ele pode comportar, para poder entender a produção de significados sociais.

Neste sentido, a primeira pergunta a que pretendemos responder em nossa pesquisa como um todo é em que imaginário social estão efetivamente inseridas as práticas de gestão no Brasil. Dizendo de outra forma, quais são os elementos imaginários que constroem efetivamente este campo e que efeitos produz a colagem automática e acrítica de modelos de gestão alienígenas, os quais a teoria administrativa insiste em pôr em prática entre nós, sem levar em conta estes elementos imaginários.

Não se pode dizer, pelo menos em nossa concepção, que existe uma instituição imaginária da Administração no Brasil, mas se pode, seguramente, dizer que existem elementos imaginários que formam sua prática e que, na imensa maioria das vezes, são desprezados pelos que a estudam. O primeiro movimento que se deve fazer para se aproximar da verdade, para saber de fato o que conta e o que não conta na gestão de pessoas e esquemas institucionais no Brasil, é pensar quais são os elementos imaginários que construíram nossa lógica gerencial. É neste sentido, no sentido de aproximação com o social-histórico, que devemos pensar nos esquemas históricos clássicos e importantes como pilares de nossa sociedade.

Na verdade, não se trata de utilizar os dispositivos intelectuais presentes na obra de Castoriadis para compreender o fenômeno administrativo no Brasil. Trata-se, antes, de tentar entender a dinâmica da sociedade brasileira, seu imaginário social central. Imaginário que institui os personagens e que mantém com eles relações profundas, como uma avenida que tem mão e contramão. Passagem para os dois lados. Lugar por onde transitam elementos nos dois sentidos. Assim, nossas lideranças, uma vez instituídas, passam a ter força para estabelecer práticas e personagens. Elas são criadas pelo nosso imaginário, mas, ao mesmo tempo, são criadoras também de imaginário no campo político, no campo de construção de padrões de gestão e lideranças.

Em Castoriadis, para fins de nossa análise, é fundamental, em primeiro lugar, entender a noção de tempo. Para ele, toda sociedade existe instituindo o mundo com o seu mundo, ou seu mundo como mundo, e instituindo-se como parte deste mundo. Da instituição do mundo e da sociedade – pela própria sociedade –, a instituição do tempo é sempre componente essencial. Porém, sabemos que o tempo não é instituído como separado tanto do espaço como do que aí se produz. Para Castoriadis (1987), o tempo pressupõe o espaço. Assim, o tempo não é nada ou é criação. O tempo, para ele, é impensável sem criação. Criação entendida como criação autêntica, criação ontológica. Tempo é criação. Assim, uma sociedade como a brasileira foi criada no e pelo social-histórico, sendo o tempo fator explicativo importante. Não podemos elucidar as práticas do presente sem levar em conta

de onde elas vieram, como vieram e que desdobramentos no plano imaginário foram tendo no tempo.

Sustenta Castoriadis (2002) que a história humana, assim como as diversas formas de sociedade que conhecemos nesta história, é essencialmente definida pela criação imaginária. Imaginário, para ele, não significa evidentemente fictício, ilusório, espetacular, mas posição de novas formas, e posição não determinada, mas determinante. Posição imotivada, da qual não pode dar conta uma explicação causal, funcional ou mesmo racional.

Sendo assim, todos os fenômenos de sociedade têm relações com o processo central de criação imaginária do todo. Um processo social complexo como o de gestão, seja do aparelho de Estado, seja dos processos produtivos, políticos ou sociais, é, evidentemente, criação imaginária. Alimenta-se e é alimentada por um mesmo Magma de Significações Imaginárias, lugar de origem do imaginário social instituído. Um não existe sem o outro. Um gerente brasileiro do presente tem em algum lugar um vínculo com o coronel, com a velha ordem. Sem este vínculo, ele não existe no tempo; ele não faz parte da criação imaginária, como obra de um coletivo anônimo.

Outro ponto importante para compreendermos Castoriadis (1982) é sua visão do ser. Para ele, o ser não é um sistema, não é um sistema de sistemas. O ser é o caos, o abismo, o sem fundo. Entretanto, caos que comporta certas organizações parciais, sempre específicas. O ser, tomado neste sentido, não existe simplesmente no tempo, mas pelo tempo, por meio do tempo e em virtude do tempo. Em essência, o ser é tempo e estar essencialmente por ser. Os fatos relativos ao ser, ao tempo e à criação foram encobertos pela determinação como categoria. A determinidade leva à negação do tempo, pois se algo está determinado, está determinado desde sempre e para sempre.

Assim, o homem só existe no tempo e na e pela sociedade, e a sociedade sempre é história. Cada sociedade se constitui de forma singular e particular. Elas adquirem um sentido novo no domínio social-histórico. E aquilo que mantém uma sociedade unida é sua instituição, o complexo total de suas instituições particulares ou a instituição da sociedade como um todo: normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas e de fazer coisas e, ainda, é claro, o próprio indivíduo. As instituições impõem-se à vida dos indivíduos mediante a adesão, o apoio, o consenso, a legitimidade, a crença. Em última análise, por meio da produção da matéria-prima humana em indivíduo social, no qual estão incorporadas tanto as instituições como seus mecanismos de perpetuação.

Para Castoriadis, somos todos, em primeiro lugar, fragmentos ambulantes da instituição de nossa sociedade. A instituição produz indivíduos conforme suas normas e estes indivíduos, dada a sua construção, são capazes e mesmo obrigados a reproduzir a instituição. Assim, a instituição da sociedade, no sentido geral que o filósofo atribui ao termo, é feita de muitas instituições. Há uma unidade na instituição total da sociedade. Esta unidade é conseguida pela coesão interna do tecido imensamente complexo de significações que impregnam, orientam e dirigem toda a vida daquela sociedade e de todos os indivíduos concretos que a compõem.

Esse tecido complexo é o que Castoriadis chama de Magma de Significações Imaginárias trazidas pela instituição da sociedade. Tais significações imaginárias são: espíritos, deuses, Deus, *polis*, cidadão, nação, Estado, partidos, mercadoria, dinheiro, taxa de juros, tabu, virtudes, pecado etc. Ele denomina de imaginárias essas significações, porque elas não correspondem e nem se esgotam em elementos racionais ou reais, e porque são introduzidas por uma criação. Elas são sociais, pois somente existem enquanto são instituídas e compartilhadas por um coletivo impessoal e anônimo. Toda sociedade cria seu próprio mundo, no qual ela se inclui. É evidente que um campo como o da gestão está imerso no mundo social onde está situado; sem este vínculo nada pode ser entendido. Explorar este vínculo é uma tarefa intelectual importante.

O social-histórico não cria apenas um novo tipo ontológico de ordem. Ele faz emergir, pela criação, a própria sociedade. Por exemplo, a criação da *polis* democrática na Grécia Antiga, ou do coronel na sociedade brasileira do século XIX. Podemos elucidar estes processos e não os explicar, pois a criação não se explica totalmente. Toda ordem em uma sociedade é assim garantida por sua instituição central. Nossos estudos partem do princípio de que a sociedade brasileira instituiu o coronel com o *Mestre da Significação* em determinado período histórico, e que este mestre instituiu uma certa forma de organizar, controlar, gerir a sociedade. Foi, portanto, elemento central na produção de um campo da gestão no Brasil. O coronel foi instituição central na produção da lógica de poder, em qualquer espaço onde ele se exerça em uma sociedade. Até porque, como criação imaginária, ele existe como um só, que informa a todos. Partindo dessa conceituação, podemos dizer facilmente que o período histórico de sua produção não está esgotado: ele está se reconstruindo. A significação do coronel e a instituição imaginária do coronel enraizaram-se de tal forma em nosso imaginário que seus traços fundamentais estão vivos até hoje. Ao trazer o personagem para o centro das discussões no pós-doutorado, pretendemos, de fato, mostrar seu peso em nossa construção social.

A visão castoriadiana dá-nos uma dimensão muito ampla e abrangente de uma sociedade, de cada instituição que compõe a instituição imaginária da sociedade. Assim, quando compreendemos, no processo social-histórico brasileiro, a força do coronel, podemos admitir que ele foi a instituição-instituente central do campo do poder no capitalismo tal como o vivemos no Brasil. Como tempo é criação, veremos como o tempo foi criando e recriando o nosso velho coronel. Este é nosso tema central.

O CORONEL, O IMAGINÁRIO E A ADMINISTRAÇÃO

O coronel – este personagem fundamental na vida passada e presente brasileira – não morreu. Não morreu, sobretudo porque sua herança é extensa e pode ser percebida ainda hoje em muitas manifestações importantes em nossa sociedade. Entre as heranças que se pode observar, destacam-se as que estão presentes na construção de um fazer na gestão da sociedade brasileira. Mesmo nos dias atuais, os mais expressivos empresários e executivos brasileiros portam em si essa marca do nosso processo social-histórico, ou melhor, são parte dele. São todos, em algum grau, herdeiros do coronel. O mecanismo social que

permite essa permanência ao longo dos séculos é sua forte presença no imaginário social brasileiro. Melhor, é a consequência de sua inserção privilegiada na instituição imaginária do coronelismo. Voltaremos ao assunto no texto.

Outro eixo básico de sustentação dos argumentos é que não se pode limitar a presença do coronel ao domínio da política, como comumente se acredita, até porque não se limita de forma conjuntista identitária uma instituição imaginária. Não se pode pensar que ele teve importância somente no grande jogo de poder da chamada República Velha. Por razões que serão mais bem trabalhadas no pós-doutorado, o estilo de liderança forte e arbitrário do coronel emprenhou nosso imaginário e estendeu-se por via de consequência ao campo do trabalho, seja na agricultura, seja no comércio, seja no mundo fabril. Contudo, foi, acima de tudo, na indústria nascente no início do século que ele impregnou de forma mais marcante o campo organizacional, pelo caráter simbólico que, àquela altura, tinha o trabalho fabril, por sua facilidade em modelos de modernidade e progresso.

O empresário industrial como instituição portava o ideal de um Brasil novo que desejava ultrapassar o processo de subdesenvolvimento econômico e social. Porém, paradoxalmente, mesmo no nosso projeto de modernidade, lá estava o coronel. Sempre presente, sempre importante e instrumento fundamental para a implantação do capitalismo no Brasil de fins do século XIX e início do século XX. O coronel foi a expressão política e econômica mais forte do nascimento da República no Brasil. Agente de progresso dos novos tempos republicanos, filho do liberalismo que se pode viver no Brasil, da superação do enorme centralismo do Império. Instituição imaginária central no universo que o coronelismo criou.

Outro elemento ligado ao fenômeno, e que diz respeito a sua amplitude na sociedade, precisa ficar mais bem esclarecido. Ele diz respeito a sua trajetória temporal, de como ele se comporta em nosso elemento social-histórico, como ele se comporta como criação imaginária central no Brasil. Não podemos confundir o personagem pronto e atuando com todas as suas forças na chamada República Velha, também chamada da República dos Coronéis, com o seu antepassado colonial ou mesmo o tipo em transição durante o Império. No Brasil antigo, eram outras as condições da operação do sistema econômico e do sistema político. Eram outros os atores e outros os seus contextos.

Foi todo um conjunto de fatores que os fizeram poderosos e isolados, longe do olhar do rei e que, por fim, transformou os grandes produtores no que podemos chamar de *senhores rurais*, uma instituição imaginária central na sociedade brasileira.

Assim, os *senhores rurais* não surgiram por acaso. Não existiram descolados de um processo social. Eles são produto imaginário de condições concretas presentes em nossa sociedade nestes primeiros tempos. É fácil imaginar como um senhor de terras do interior do Brasil, lidando com sua escravaria – submissa por definição – e a quem ele podia impor qualquer tipo de castigo físico na hora em que bem entendesse, comportava-se. Era uma espécie de senhor total, um *Mestre da Significação*, para ficar em um conceito importante do filósofo político Cornelius Castoriadis (1982). Tudo passava por ele, senhor da vida e, sobretudo, da morte de quantos viviam sobre o seu domínio.

Posteriormente, já no Império, ao conceder aos grandes proprietários de terra e aos homens ricos de forma geral o título de Coronel da Guarda Nacional, a Corte aumentou o simbolismo de seu poder. Afinal, a Guarda era uma milícia cidadã, criada em 1831 pelo Padre Feijó, posteriormente nosso Regente, com importantes funções na garantia da ordem interna. Se o *senhor rural* portava em si o passado colonial que foi sendo transferido para um ator que se modificava, ele também foi o elemento fundamental, quando de sua modernização, na articulação entre o arcaico e o moderno que marca nossa sociedade.

Victor Nunes Leal (1975), no livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, analisa essa ordem de fenômenos em relação ao universo do coronel. O próprio autor do presente projeto também analisa, em seu livro *A Invenção do Coronel: raízes do imaginário social brasileiro*, como o imaginário social do coronelismo e de seu personagem central, o coronel, inundaram nossos magmas de significações imaginárias. Entretanto, Leal começa salientando que o coronelismo é resultante da forma desenvolvida do sistema representativo e de uma estrutura econômica e social que lhe era inadequada. Para ele, o coronelismo não é simples sobrevivência do poder privado da época colonial. O coronelismo é uma adaptação do exorbitante poder privado com o regime político de base representativa.

Todavia, o movimento final, o qual muito nos interessa nos estudos pós-doutorais, é quando finda a República Velha. Da mesma forma que havia ocorrido historicamente na passagem da Colônia para o Império com os atores sociais da época, os restos do coronel, em outras palavras, o imaginário do coronel, emprenha não somente os atores que foram surgindo, mas, também, todo o processo de construção do poder e da liderança no Brasil.

Dizendo de outra forma, podemos afirmar que o imaginário do coronel, pelo seu poder denso de síntese, marcou seus herdeiros de tal forma que o voto de cabresto, o curral eleitoral, o clientelismo, o nepotismo, a importância política das grandes famílias, entre outras, transformaram-se em práticas correntes na sociedade brasileira, sobretudo em seus estratos mais altos, até nossos dias. E não só na política, mas em todas as áreas em que a liderança se impõe. Afinal o coronelismo não foi um fenômeno circunscrito ao campo da política, ele foi antes um fenômeno de sociedade.

Onde havia um líder em ação, onde havia exercício de poder, lá estava o coronel. Antes, lá estava o imaginário do coronel banhando com sua imensa força todos os atores políticos envolvidos na ação, sejam eles jagunços, agregados, funcionários públicos, comerciantes ou trabalhadores em geral. Por isso, sua herança é tão forte e elucida muito do que se passa em nossas organizações.

Um grave erro incorre aqueles que não conseguem encontrar nos velhos coronéis a raiz do nosso empreendedorismo empresarial. Em uma sociedade muito menos complexa, esse empreendedorismo lhe reservava múltiplos papéis. O homem forte, o coronel, dominava todos os campos importantes de poder. Pai autoritário, político que dirigia com mão de ferro o dia a dia das comunidades, fazendeiro e dono de engenho todo poderoso; seus papéis eram centrais para definir a vida da própria sociedade. Sem ele não haveria eixo. Não haveria empreendimentos, não teríamos progresso. Seus múltiplos papéis impregnaram o imaginário da gestão no Brasil de tal forma que ele é personagem central em qualquer estudo que se

faça. Sem ele, os elos simbólicos não se instalam, a realidade ficaria desarticulada.

Seguindo esta linha de raciocínio, o mundo do coronel e seu papel em nosso imaginário social passou a ser também aquele do trabalho fabril decorrente da Revolução Industrial. Aliás, esses mundos foram cruzados desde sempre, pois o trabalho nos engenhos é trabalho fabril e existe em nosso país desde o início da colonização. Toda a lógica autoritária desenvolveu-se não apenas no terreno político, como somos às vezes tentados a pensar, mas também no campo do trabalho. Os traços do nosso personagem passaram para o mundo organizacional. Tanto as empresas privadas quanto as organizações ligadas ao Estado conviveram historicamente com a mesma lógica gerencial: autoritarismo, nepotismo, clientelismo, favoritismo e ausência de critérios internos.

O imaginário social que produziu o paternalismo, portanto, nasceu com as nossas empresas. A ausência de valorização da competência em favor do favorecimento da lealdade pessoal, tudo isso se desenvolveu na base do sistema econômico brasileiro – e por consequência de seu gerenciamento – desde a fase de produção do açúcar nos engenhos até a produção de bens de consumo em períodos históricos mais recentes (CASTORIADIS, 2002).

O ponto de partida, portanto, das reflexões conduzidas neste projeto é que o coronelismo como instituição imaginária foi elemento fundamental da introdução do capitalismo no Brasil, o coronel, o seu agente fundamental, o personagem que lhe deu vida. Fundamental também na transição de um modelo agrário tradicional para o um sistema capaz de dar resposta ao crescimento internacionalizado do capitalismo. É bem verdade que o coronel trouxe consigo todo o passado colonial de mandonismo e poder autoritário. Mas não apenas, trouxe também o progresso do novo capitalismo derivado da Revolução Industrial.

A LITERATURA COMO EIXO METODOLÓGICO

Pailot (2003) registra que a abordagem biográfica, método sobre o qual concentra suas reflexões, já é uma estratégia clássica na área das ciências sociais. Porém, mesmo assim, ele continua marginal no campo da gestão. De fato, mesmo em uma perspectiva histórica, os estudiosos da área utilizam, sobretudo, a história das organizações. O autor chama a atenção para a riqueza que pode significar para o pesquisador apoiar-se em outra gama de dados, até mesmo aqueles retirados da ficção.

A pesquisa proposta aqui parte deste princípio metodológico, muito embora não siga estritamente o método estudado por Pailot (2003); ela apoia-se nos princípios por ele formulados. Afinal, se nosso objetivo é trabalhar a partir da ideia de imaginário social, os elementos que devem ser buscados no campo precisam estar coerentes com o que buscamos e não serão encontrados certamente em pesquisas quantitativas ou em registros formais das empresas. A singularidade, como nos lembra Vincente Gaulejac (1984), somente será encontrada se utilizarmos métodos que nos permitam esta leitura. Os meandros do social-histórico encontram-se em materiais que fujam dos tradicionais, em que os detalhes se escondam do leitor desavisado ou preconceituoso.

Entretanto, existem outros autores igualmente importantes que chamam a atenção para a força explicativa dos textos literários. Muito além de prender e cativar um público para uma atividade aparentemente de entretenimento, os grandes autores dão depoimentos em seus textos de grande valor sociológico, como muito bem faz Jorge Amado em toda a sua obra.

Coser (1972), por exemplo, situa muito bem uma posição bastante clara sobre as relações entre literatura e sociologia, ou melhor, entre literatura e realidade, quando diz que:

Literature, though it may also be many other things, is social evidence and testimony. It is a continuous commentary on manners and morals. Its great monuments, even as they address themselves to the eternal existential problems which are at the root of the perennial tensions between men and their society, preserve for us the precious record of modes of response to peculiar social and cultural conditions.

Sociologists have but rarely works of literature in their investigations. And yet it would appear obvious that the trained sensibilities of a novelist or a poet may provide a richer source of social insight than, say, the impressions of untrained informants on which so much sociological research currents rest.

When sociologists talk, say, about post-Napoleonic France, they surely have in mind a picture drawn for them by Balzac's *Comédie Humaine* rather than by some social historian. When they lecture on Victorian society, they are apt to think of the novels of Dickens or George Eliot. Few, I think, would deny that their image of nineteenth-century Russia was formed in large part by Tolstoy or Dostoevsky. When they not make manifest and explicit what has been latent all along? A union of sociology and literature need not be a misalliance; on the contrary, there is a chance for a legitimate union [...] it seeks to explain the emergence of a particular presence at work in a particular form of society, and the ways in which the creative imaginations or the writer is shaped by cultural traditions and social arrangements (COSER, 1972, p. 54).

Portanto, a apropriação que estamos fazendo neste texto não é fantasiosa ou desprovida de valor científico. Antes pelo contrário, é uma abordagem metodológica de grande valor e que já foi realizada por autores muito importantes, mesmo no campo da gestão. Os estudos de Barbara Czarniawska (1994) apontam na direção da forma dos trabalhos qualitativos apoiados na literatura ou nas fontes pouco usuais no campo da gestão. É fácil dizer que os pesquisadores que se apoiam em métodos mais abertos e mais capazes de captar o real por meio de um outro olhar podem obter informações de qualidade diferenciada. Como o que se pretende é articular o processo de produção em romances para entender a construção imaginária, é deste tipo de aporte metodológico que nos valeremos na produção derivada das pesquisas a serem realizadas.

Nas pesquisas, serão utilizados tanto os dados que possam ser encontrados em arquivos históricos quanto em livros biográficos ou na literatura, sobretudo naquela que tangencia o universo coronelista. Esta perspectiva leva em conta a lógica de um estudioso das letras, André Galvão (2009), o qual acredita que a literatura e a história não se opõem como

discursos antagônicos, conforme o senso comum pode acreditar. Pelo contrário, muitas vezes, utilizam-se dos mesmos mecanismos para construírem seus discursos. Para Galvão, as obras de Wilson Lins, autor investigado em nossa pesquisa, estimulam esta perspectiva, uma vez que apresentam relatos que constantemente margeiam ficção e realidade, aproximando o coronelismo enquanto fenômeno social e histórico das fantasias e experiências pessoais de um narrador que não se exime de interferir nos rumos da narrativa que conduz

Voltando à questão da utilização de biografias, ainda que dentro de um método que não será utilizado na pesquisa, ensina Linda Rouleau (2003), baseando-se na obra de Daniel Bertaux, que as histórias de vida acabam conferindo aos estudos um aspecto mais humano e mais próximo da realidade. Ela cita várias formas de se obter histórias de vida, mas o que mais nos importa em seus escritos é justamente sua preocupação em capturar, de forma qualitativa, elementos que nos ajudem a elucidar a realidade no campo da administração. Em nosso caso específico, como tentar compreender o surgimento dos comportamentos majoritários dos atores da cena organizacional, articulando o social-histórico através de obras literárias de reconhecido valor e que tratem do universo imaginário do coronel, sobretudo em sua fase mais importante, na chamada República Velha, assim como obras que registrem seus traços ainda hoje no campo organizacional. Foram selecionados quatro autores, todos ligados ao chamado regionalismo literário dos anos 1930. São eles: José Lins do Rego, Jorge Amado, Érico Veríssimo e Wilson Lins.

Partindo do eixo metodológico escolhido, utilizaremos a interpretação de autores consagrados na literatura brasileira, tanto pela qualidade literária de suas obras quanto pelo prestígio de seus escritos junto à opinião pública mais bem informada. Todos os quatro autores escolhidos têm um ponto em comum: pertenceram ao esforço feito pelos intelectuais brasileiros a partir dos anos 1920 – anos nos quais despontou a Semana de Arte Moderna em São Paulo – para retratarem e valorizarem mais nossos elementos culturais, ou seja, a chamada brasilidade. A partir de uma formulação claramente feita por Gilberto Freire, organizou-se o movimento que ficou conhecido como regionalismo na literatura. Seu principal objetivo foi o de expressar nossas marcas culturais regionais, nossas identidades expressas nas nuances de cada região. No Nordeste, o regionalismo deixou fortes marcas.

Foram escolhidos, dentro do movimento, quatro autores de grande porte. Como estamos lidando com a história recente no campo da política e da gestão, antes das enormes convergências entre política e gestão na construção imaginária social brasileira, as escolhas recaíram sobre aqueles que trataram em especial das figuras centrais no nosso imaginário político, dos personagens que instituíram elementos imaginários centrais na administração no Brasil. Chamam nossa atenção por sua importância literária e por sua força na descrição dos coronéis e de uma certa forma de fazer política no Brasil, a mais tradicional, os seguintes autores: Érico Veríssimo, Jorge Amado, José Lins do Rego e Wilson Lins. O primeiro, gaúcho, Amado e Lins, baianos, e José Lins do Rego, da Paraíba.

Começamos por Jorge Amado, autor de grande valia quando se quer analisar o universo dos coronéis. Nos romances do que se convencionou chamar de “ciclo do cacau”, a presença deles é muito forte. São retratados de forma a mostrar um período muito rico de suas ações

como empreendedores e lideranças políticas na Bahia e, portanto, no Brasil. Para a análise da construção dos coronéis em Jorge Amado, deter-nos-emos em suas obras sobre o tema: *Cacau*, *Terras dos Sem Fim*, *São Jorge dos Ilhéus*, *Tocaia Grande* e *Gabriela, Cravo e Canela*. Os três primeiros, de 1933, 1943 e 1944, respectivamente, *Gabriela*, de 1958, e, finalmente, *Tocaia Grande*, de 1984, livro que fecha o ciclo.

Nos primeiros, a terra é, sobretudo, adubada com sangue, o qual vertia dos que não cumpriam o código moral dos coronéis ou que criavam obstáculo a sua expansão econômica, à ampliação das fronteiras de suas propriedades. No último, a crueldade é matizada com elementos mais leves do cotidiano das putas e outros elementos de um elenco de personagens populares e de uma estética não comprometida com o realismo socialista das obras anteriores. O mais paradigmático dos livros para os fins de nossa análise é, sem dúvida alguma, *Gabriela, Cravo e Canela*, pelo retrato que faz da ação empreendedora de Mundinho Falcão no mundo dos coronéis no extremo sul da Bahia nas primeiras décadas do século XX.

Em todas as obras do “ciclo do cacau”, os personagens políticos mesclam o tradicionalismo – violência, fraudes eleitorais, patrimonialismo – com elementos mais modernos e também mais humanos, sobretudo em *Gabriela Cravo e Canela*. No que diz respeito à aplicação de sua obra para entender o processo da gestão no Brasil e também a construção do progresso, seus personagens dão mostras claras de grande capacidade empreendedora. Por isto, são retratos importantes destes atores tão híbridos e marcados pela presença do futuro e do passado em um só indivíduo. Mundinho Falcão, como já registramos, mostra muito bem isto.

Outro exemplo da força da literatura na elucidação da força dos tipos humanos presentes no imaginário do coronelismo que também será estudada é a notável, embora menos conhecida, obra de Wilson Lins. Nela, destaca-se, para os fins da análise pretendida, a chamada trilogia do coronel, a qual se passa no Vale do São Francisco, também na Bahia.

Na trilogia – *Os cabras do coronel* (1964), *O Reduto* (1965) e *Remanso da Violência* (1967) –, fica bem estabelecido o binômio do coronel e de seus cabras, concentrando no jagunço a figura destemida e trágica de um tipo que oscila entre o herói e o bandido. As práticas políticas, a violência, as lutas incessantes, o autoritarismo, o machismo, o homem acima de todos os outros. Porém, o espírito empreendedor está presente em suas atividades econômicas: na industrialização do algodão, atividade econômica mais importante da região, na criação de gado, realizada nas terras extensas, enfim, no controle absoluto da dimensão produtiva.

Ainda pensando no grande autor baiano, Galvão (2009), em esclarecedora dissertação de mestrado, registra que nas obras de Wilson Lins que formam uma trilogia sobre o coronelismo, a aproximação entre literatura e história se finca principalmente entre passagens da obra de ficção e fatos devidamente registrados em obras historiográficas.

No caso Wilson Lins, é muito clara a relação entre o texto literário, a obra de ficção e a realidade dos fatos, registrada por historiadores. Como é dele também um estudo biográfico sobre a obra do pai, o Coronel Franklin Lins de Albuquerque, pode-se facilmente transitar de uma obra a outra, utilizando as informações de duas fontes distintas, mas intimamente

relacionadas entre si.

Quanto à obra de Érico Veríssimo, ele consegue aproximar-se de forma extraordinária do universo cujo estudo está sendo proposto no presente projeto, sobretudo em *O Tempo e o Vento*, e na construção do Capitão Rodrigo Cambará. A ação inicia-se em 1828 quando ele chega à cidade de Santa Fé, ao fim de uma das tantas guerras contra os castelhanos, as quais marcam a história gaúcha e que vão desaguar na Revolução Farroupilha. Ele é um homem de destino incerto que ama sua liberdade. A obra destina ao Capitão Rodrigo cenas espetaculares, como o duelo com Bento Amaral, filho do coronel que dominava a cidade. A obra tem um sopro épico e mostra-nos com clareza a construção do caudilhismo gaúcho, muito diferente dos coronéis do sul da Bahia ou do Vale do São Francisco. São, portanto, bons exemplos de como se pode aprofundar no coronel como personagem brasileiro e em suas tipicidades regionais, embora banhados no mesmo imaginário social.

Trabalho exemplar é também uma outra trilogia, a escrita por José Lins do Rego. Ela começa com *Menino de Engenho*, publicado em 1932, prossegue com *O Doidinho*, de 1943, e se encerra com *Banguê*, publicado em 1934, compondo uma trilogia que se projetará em *Fogo Morto*, de 1943. Neles, estão descritos todos os personagens do mundo patriarcal brasileiro a partir da história de vida do Coronel José Paulino, de fato, o avô do autor. Da mesma forma que Jorge Amado, Wilson Lins ou Érico Veríssimo, o autor vai mergulhar no mundo de sua infância com a intimidade que tem no assunto, acrescido de um estilo inovador. Criando e recriando o mundo dos personagens que deram vida ao coronelismo, ao contar sua própria história, ele vai mostrar este mundo denso em que o poder do coronel era absoluto; seu imaginário imenso.

Em meio a textos geniais, podemos compreender a força do mundo dos coronéis, sua capacidade de comandar sua gente, sua violência no campo da política, mas também sua gestão da sociedade. Em especial, interessam-nos suas formas de lidar com liderança, tanto na política quanto na direção de seus negócios, sejam eles nas roças e no comércio da cacau, do algodão, nos engenhos e nos campos de trigo. Agentes do capitalismo brasileiro, instituição imaginária de base de nosso mundo social.

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA À ÁREA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

As contribuições que os estudos propostos neste poderiam aportar no campo da gestão podem ser agregadas em quatro grandes eixos.

O primeiro deles seria visitar a obra de Castoriadis para retirar dela os elementos conceituais que poderiam nos ajudar a elucidar o passado e o presente da administração brasileira. Como se sabe, a sociologia francesa dos pós-maio de 1968 muito contribuiu ao avanço na área das ciências sociais. O aporte de autores como Michel Foucault, Claude Lefort, Jacques Derrida, Jacques Lacan, Edgard Morin e Jean-Paul Sartre, para citar apenas alguns, inaugurou um novo ciclo de compreensão da realidade social. Entre estes autores, destaca-se o grego, mas radicado em Paris, onde produziu toda a sua obra, Cornelius Castoriadis. A formulação que inaugurou o ciclo mais importante de suas reflexões está contida, sem dúvida alguma, no

livro *A Instituição Imaginária da Sociedade*, publicado em 1973.

Do caráter inovador de sua abordagem, da leitura criativa que ela permite do mundo social, pouco foi agregado aos estudos organizacionais no Brasil. Ainda estamos, na maioria das vezes, presos a esquemas funcionalistas de matriz americana, os quais simplificam em excesso o real para buscar explicações e, justamente por seu simplismo, mais ocultam do que esclarecem. Assim, o simples fato de trazer para a discussão a criação imaginária no campo da gestão no Brasil, o imaginário social como elemento estruturador de práticas sociais, é, em si, uma contribuição de peso ao que já se tem refletido nos estudos organizacionais.

Outro ponto importante é retirar, através da literatura, elementos da história brasileira, sobretudo daquela vinculada ao trabalho e à economia, os grandes pilares imaginários que ajudam a explicar a administração, fugindo dos modelos que imaginam que estudar a história do capitalismo nos países centrais – Taylor e Fayol são bons exemplos – é o suficiente. Todos sabemos que a industrialização brasileira inicia-se com os engenhos ainda no século XVI. Os engenhos atravessam mais de 400 anos reinando absolutos na economia de imensa porção do território brasileiro. Eles estiveram intimamente associados ao trabalho escravo e a um certo estilo de vida que se firmou no Brasil Colônia.

Os senhores de engenho não foram apenas poderosos e perversos como ensina a historiografia brasileira. Eles foram também empreendedores. Movimentaram a economia durante séculos e depois fizeram a passagem para as usinas de açúcar, já no período republicano e no contexto do coronelismo como instituição imaginária. Os empreendimentos mais modernos que o século XIX reserva deram origem a uma indústria têxtil importante, além de outras fábricas que foram marcando nosso ingresso no capitalismo moderno, na economia produzida pela Revolução Industrial.

Toda essa trajetória nos foi produzindo como sociedade, foi marcando nosso imaginário social de forma definitiva. Nós somos o produto hoje daquilo que foi sendo construído historicamente. Por isto, agregar nosso passado para compreender as instituições imaginárias centrais da sociedade brasileira e a produção social da administração.

A terceira ordem de contribuições pode ser dada pela apropriação da literatura como elemento para pensar a criação imaginária no Brasil. Revisitar grandes autores que marcaram nosso regionalismo, que pensaram a Nação dentro de modelos que fizessem emergir elementos fundamentais da brasilidade. Quando procurávamos vencer o que era chamado de atraso endêmico, a letargia que vinha marcando nosso sistema social, a busca de nossas raízes, fez emergir personagens como os velhos senhores da terra ou os coronéis republicanos. A literatura, buscando mostrar nosso processo histórico, também permite que vejamos claramente as práticas políticas e de poder em nossa história.

Como estamos trabalhando no nível da criação imaginária, a literatura permite compreender elementos de nossa história. Mesmo a história de grandes empreendimentos e grandes empreendedores fica mais clara no campo das artes, por permitir realizar sínteses de personagens e articulação de estilos de vida.

Finalmente, a contribuição original aos estudos organizacionais brasileiros, a articulação dos três eixos anteriores em um só eixo explicativo, para elucidar como a administração se articula com o nosso imaginário central, produzindo uma leitura social-histórica forte por si mesma. A sociedade, como sabemos, é um todo, alimenta-se no mesmo Magma de Significações Imaginárias e, portanto, o campo da gestão está enraizado no imaginário social brasileiro. Aprofundar esta leitura permite as articulações necessárias a isto e é, de fato, a contribuição que se pretende dar aos estudos organizacionais no Brasil.

NOTA

- 1 Submetido à RIGS em: nov. 2014. Aceito para publicação em: abr. 2015.
- 2 Esta é uma categoria-chave em toda a obra de Cornelius Castoriadis (1922-1997), particularmente, aquela produzida após *A Instituição Imaginária da Sociedade*, presente na edição original francesa em 1973.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Eixo literário

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

AMADO, Jorge. **Cacau**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

_____. **Gabriela, cravo e canela**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

_____. **Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

_____. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

_____. **Terras do sem-fim**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

_____. **Tocaia grande**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

LINS, Wilson. **O reduto**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

_____. **Os cabras do coronel**. Rio de Janeiro: GDR, 1964.

_____. **Remanso da valentia**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

MACHADO, Ana Maria. **Romântico, sedutor e anarquista: como e por que ler Jorge Amado hoje**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

REGO, José Lins do. **Banguê**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

_____. **Doidinho**. 47. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

_____. **Fogo morto**. 71. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

_____. **Menino de engenho**. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

_____. **O moleque Ricardo**. 28. ed. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Usina**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento: o continente**. São Paulo: Editora Globo, 1995.

Eixo histórico

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo.

LINS, Wilson. **Aprendizagem do absurdo: uma casa após a outra**. Salvador: EGBA, 1997.

_____. **O médio São Francisco**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: o pioneiro de Paulo Afonso**. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial, 1963.

TEIXEIRA, Gilmar. **Quem matou Delmiro Gouveia**. Paulo Afonso: GrafTech, 2011.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. Afonso Cláudio: o profeta da modernidade. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. n. 37, p. 6-20, jan. 2011.

_____. **A invenção do coronel**. Vitória: Edufes, 1995.

_____. O coronelismo nas organizações: a gênese da gerência autoritária brasileira. In: **Recursos humanos e subjetividade**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Eixo conceitual e metodológico

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. O imaginário político grego e moderno. In: **As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. O imaginário social: a criação no domínio social-histórico. In: **Encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COSER, Lewis. **Sociology Through Literature**. New Jersey: Prentice-Hall Inc, 1972.

CZARNIASWKA, Barbara. **A theory of organizing**. Cheltenham: Edward Elgar Publishers, 2008.

_____. **Narrating the organization**: dramas of institucional identity. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

_____. **Organization studies**. Londres: Sage Publications, 1991.

CZARNIASWKA-JEORGES, Barbara; MONTHOUX, Pierre Guillet de. **Good novels, better management**: reading organizational realites. Chur: Harwood Academic Publisher, 1994.

GALVÃO, André Luiz Machado. **O coronelismo nas narrativas de Wilson Lins**: espaços de poder. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

GAULEJAC, Vincent de. **L'approche socio-psychologique des histoires de vie**. Education Permanente, n. 72, n. 3, p. 33-45, 1984.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PAILLOT, Philippe. Méthode biographique et entrepreneuriat: application à l'étude de l'associalization entrepreneuriale anticipée. **Revue de l'Entrepreneuriat**. v. 2, n. 1, p. 19-41, 2003.

ROULEAU, L. La méthode biographique. In: GIORDANO, Y. (Ed.). **Conduire un projet de recherche**. Colombelles: EMS Éditions, 2003.

**João
Gualberto
Vasconcellos**

Doutor em Sociologia Política pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris. Pós-Doutor em Gestão pela UFBA. Autor do livro “A invenção do Coronel”. Coautor do livro “Fé em Deus e Pé na Tábua, como e porque o trânsito enlouquece no Brasil”. Autor de artigos e livros. Atualmente atua como Secretário de Estado da Cultura do Estado do Espírito Santo.